



Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Online

ÉTICA

GEEaD - Grupo de Estudos de Educação a Distância
Centro de Educação Tecnológica Paula Souza

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
EIXO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
PROGRAMAÇÃO MOBILE I

Expediente

Autora:

Cláudia Regina Rizzieri

Colaboração:

Eliana Cristina Nogueira Barion

Revisão Gramatical:

Bianca Santarosa

Editoração e Diagramação:

Flávio Biazim

São Paulo – SP, 2020

AGENDA 104

Conversando sobre ética, moral e condição humana04

AGENDA 2.....15

Plágio e direitos autorais15

AGENDA 3.....24

Combatendo a pirataria24

AGENDA 4.....33

Ciberbullying e violência virtual.....33

AGENDA 5.....40

O trabalho, o trabalhador, a cidadania e as organizações
no mundo contemporâneo40

AGENDA 6.....56

Realidade, ideário ético e utopia56

AGENDA 7.....63

O trabalho e a imigração no mundo contemporâneo63

AGENDA 8.....68

Sustentabilidade nas organizações: ti verde68

REFERÊNCIAS77

AGENDA 8

SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: TI VERDE





Você conhece alguma empresa preocupada com o meio ambiente e com a responsabilidade ambiental? Faça uma pesquisa na Internet sobre empresas de TI preocupadas com essas práticas.



**MERGULHANDO
NO TEMA...**

Atualmente, vivemos num mundo em que devemos focar e direcionar nossas forças para as questões ambientais, pois o planeta nos dá sinais explícitos de que não mais suporta o ritmo de consumo que acometemos. Os problemas de poluição da terra, da água e do ar chegaram a níveis altíssimos, por isso, essa situação ajudou muito a criar e a fomentar consciência de que devemos mudar nossos costumes. Por conta disso, várias reflexões e ações foram idealizadas e executadas, como por exemplo o Protocolo de Kyoto e a Carta da Terra.



Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

Tópico “5.1.1 – Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável” - páginas 114 a 117 - Livro Núcleo Básico – Ética Profissional e Cidadania Organizacional – Centro Paula Souza, 2011.

Nos dias de hoje, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento, relacionando-o à garantia de sustentabilidade socioambiental, ou seja, só é possível pensar em crescimento econômico se este contemplar aspectos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos. É o chamado Triângulo da Sustentabilidade.

No centro das discussões das principais economias do mundo, o termo responsabilidade social é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo José Eli da Veiga, professor de Economia no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental, em seu livro Meio Ambiente e Desenvolvimento, a expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu em 1972, durante o Simpósio das Nações Unidas sobre Interrelações de Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Discutia-se na ocasião a possibilidade de equilibrar o crescimento econômico, a preservação e conservação do meio ambiente, em um cenário mundial de explosão demográfica e corrida nuclear.

Posteriormente, em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o termo foi definido como o “modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Nas discussões que levaram à redação da Carta da Terra, assunto do último tópico desta agenda, o termo “desenvolvimento sustentável” foi criticado por ter origem no sistema econômico dominante que visa à crescente acumulação de bens e serviços à custa da desigualdade social e da depredação ecológica.

Foi então acolhida a noção de sustentabilidade que tem fundamentos na ética, na ecologia e na biologia, ao afirmar um processo de relações recíprocas que caracteriza todos os seres organizados em ecossistema e visa um equilíbrio dinâmico pelo qual todos participam e se veem incluídos no processo global. A expressão indica que importa construir uma vida, uma sociedade e uma Terra sustentável. Só a partir dessa sustentabilidade básica é possível falar-se em desenvolvimento sustentável.

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, [...] agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

E no Brasil, como estamos?

Se no mundo a discussão da sustentabilidade é marcadamente presente, no Brasil de hoje há urgência na busca de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo e não predatório para que possamos preservar nosso patrimônio e fortalecer a identidade nacional. Considere-se aqui a pluralidade que marca o povo e a paisagem brasileira.

Não há hoje sustentabilidade nos padrões globais de produção, distribuição e consumo. Seria importante que toda a sociedade brasileira refletisse sobre si mesma e sobre o estado de sua riqueza natural e cultural, repensando os caminhos escolhidos na busca por soluções ligadas às dificuldades econômicas e sociais em que estamos mergulhados. As escolas particularmente são espaços privilegiados para que essa reflexão ocorra.

Sociodiversidade e biodiversidade são marcas históricas do Brasil e deveriam, portanto, ser nosso maior trunfo. A preservação dessa diversidade deve ser a discussão fundamental no Brasil e no mundo, neste momento histórico em que o planeta busca alternativas para a superação de modelo de desenvolvimento ecologicamente inviável, economicamente concentrador, socialmente injusto e culturalmente alienante.

A noção contemporânea de diversidade como um valor nas relações humanas é resultado da busca de oportunidades iguais e respeito à dignidade de todas as pessoas. Assim, a diversidade representa um princípio básico de cidadania, que visa assegurar a cada uma das condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades. Ao mesmo tempo, a prática da liberdade representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais. A valorização da diversidade e do pluralismo no mundo contemporâneo é decorrência do reconhecimento cada vez maior da democracia como fator essencial para o aprimoramento das sociedades e da busca de novos padrões de convivência assentados em relações socialmente mais justas (Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade).

São Paulo, Instituto Ethos, 2000

https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-diversidade_gestao-para-a-diversidade-moda-ou-veio-para-ficar/#.W3cgG-hKhPY. Acessado em 17/08/2018.

O consumidor consciente e responsável... Mais uma vez o planeta agradece.

As instituições e os códigos de proteção.

Tópico “5.1.1 – Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável” - páginas 114 a 117 - Livro Núcleo Básico – Ética Profissional e Cidadania Organizacional – Centro Paula Souza, 2011.

Cada vez mais vai se implantando a figura do consumidor consciente e responsável. Podemos dizer que é chegada a hora e a vez do consumidor. E o planeta agradece! Em primeiro lugar, há uma consciência crescente

de contestação ao consumo predatório, causador e ao mesmo tempo reflexo das desigualdades.

A postura de cidadania, ética e responsabilidade social é cada vez mais cobrada das empresas por parte dos consumidores. Hoje, há um número crescente de pessoas que se perguntam de quem estão comprando e quem, por meio de seu poder de compra, melhorar a maneira como as organizações trabalham.

Um modelo econômico sustentável exige consumidores responsáveis. Para consumidores atentos, não é difícil perceber a estreita relação entre seus hábitos de consumo e os graves problemas ambientais e sociais que afetam o mundo todo. Cada vez mais consumidores precisam compreender que é preciso frear o consumismo e direcionar suas escolhas de forma a promover o desenvolvimento sustentável. De outro modo não será possível universalizar o acesso aos bens essenciais e garantir a preservação dos recursos naturais necessários para a sobrevivência das gerações atuais e futuras.

Tal mudança na atitude dos consumidores já começou: além de preço e qualidade, muitos dentre eles estão cada vez mais atentos aos aspectos relacionados ao comportamento das empresas, como o respeito aos direitos humanos, trabalhistas e dos consumidores; às normas de preservação ambiental; à ética na publicidade e nas práticas empresariais; à promoção do bem-estar social etc. A transparência das empresas em relação a essas informações também passa a ser valorizada, tornando-se a principal ferramenta para o consumo consciente e cidadão.

FSC: Forest Stewardship Council. O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos e que representa o FSC no Brasil. A instituição tem como objetivo principal promover o manejo e a certificação florestal no Brasil.

Certificações e selos atestam boas práticas socioambientais, como o FSC, que comprova que a madeira ou o papel vêm de florestas manejadas de modo sustentável; o Rainforest Alliance, para a agricultura que conserva a biodiversidade; o ISO 14000, para a excelência ambiental nas empresas; além de outros.

Pesquisas com empresas exportadoras indicam que aquelas que se comprometem com a sustentabilidade conseguem aumentar o desempenho de suas vendas para o exterior em cerca de 15% do seu valor. Consumidores de várias partes do mundo aceitam pagar mais por boas práticas socioambientais.

A Agenda 21, documento assinado durante a Rio 92, deixa clara a preocupação com o impacto ambiental de diferentes estilos de vida e padrões de consumo: “Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios”.

Rio 92 foi a Conferência das Nações Unidas que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992 para discutir as relações entre desenvolvimento e meio ambiente e propor soluções. Teve como resultados uma série de tratados balizadores dos cuidados ambientais. O mais conhecido é a “Agenda 21”, que estabelece, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento. Foi assinada por 179 países.

As instituições e os códigos de proteção

No Brasil, a história da organização dos consumidores para a defesa de seus direitos tem um marco importante nos anos 1970, com o surgimento das primeiras organizações e do primeiro órgão público de proteção e defesa do consumidor, o PROCON de São Paulo. Nessa mesma época foi aprovado o Código Brasileiro de Auto Regulamentação Publicitária, em 1978, que estabeleceu normas para o setor, como a proibição de propaganda enganosa e abusiva. Dois anos depois foi criado o Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar), com a missão de fiscalizar o cumprimento do código.

Interesses difusos são aqueles transindividuais, que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelo mesmo fato. Seus sujeitos são indeterminados e indetermináveis.

Exemplo: vítimas do uso de determinado remédio; vítimas de poluição ambiental provocada por certa empresa.

A luta pela redemocratização e a crescente movimentação da sociedade civil brasileira nos anos 1980 gerou um novo impulso ao movimento com a aprovação de uma lei que permitia a defesa coletiva dos interesses difusos da sociedade com a criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e a incorporação do tema à Constituição.

Em 1991 passou a vigorar a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Uma importante novidade trazida pelo CDC foi o reconhecimento de que o consumidor é a parte mais fraca nas relações de consumo, o que permitiu maior equilíbrio de forças entre consumidores e fornecedores.

Na década de 1990, foi assegurada a consolidação desses direitos com a criação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) que integra os PROCONs, Inmetro, promotorias de justiça, defensorias públicas, delegacias especializadas e juizados especiais cíveis (que outrora eram os juizados de pequenas causas), além das associações de consumidores, atualmente reunidas no Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor.

O Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (www.idec.org.br) é uma associação de consumidores fundada em 1987. Não possui fins lucrativos. Não tem qualquer vínculo com empresas, governos ou partidos políticos. Os recursos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades têm sua origem nas anuidades pagas pelos seus associados, nas vendas de assinaturas da Revista do Idec e outras publicações, além da realização de cursos.

O Idec é membro pleno da Consumers International, uma federação que congrega mais de 250 associações de consumidores que operam no mundo todo. O instituto faz parte do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor – criado para fortalecer o movimento dos consumidores em todo o país – e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong.

Sustentabilidade: TI Verde

A Tecnologia da Informação – TI Verde surgiu em 2005. Uma das preocupações é o descarte correto de equipamentos que rapidamente tornam-se obsoletos e se forem descartados de maneira incorreta podem causar danos ao meio ambiente. A fim de que isso não ocorra foi criado o conceito TI Verde que nada mais é do que um conjunto de normas e práticas que garantem que empresas causem o menor impacto ambiental possível com a viabilização de menores gastos de energia, economia de recursos e matéria prima com a prática de normas e padrões verdes.

Essas práticas são divididas em três níveis: TI Verde de incrementação tática, TI Verde estratégico e Deep IT (TI verde “a fundo”). Para melhor compreensão segue a conceituação das mesmas:

• TI Verde de incrementação tática

Incorpora medidas de contenção de gastos elétricos em excesso sem que haja a modificação de políticas internas. Como exemplo, pode-se citar o monitoramento automático de energia nos equipamentos, o desligamento dos mesmos nos momentos em que não estão sendo utilizados etc, medidas que são simples e não geram custos às empresas.

• TI Verde estratégico

É implementado por meio de uma auditoria de infraestrutura de TI que desenvolve meios viáveis de produção de bens ou serviços de forma ecológica. Como exemplo, tem-se a criação de novas políticas internas e medida de controle de descartes que visam à elaboração de nova infraestrutura em rede elétrica com o objetivo de aumentar a eficiência e permitir menor consumo de energia pelos sistemas computacionais. Além disso, torna-se relevante destacar o marketing gerado pela marca devido a essas novas medidas adotadas de forma sustentável.

• Deep IT (TI verde “a fundo”)

Mais amplo do que as duas práticas anteriores, incorpora e implementa projetos ecológicos com o objetivo de maximizar o desempenho minimizando gastos elétricos. Como exemplo, citam-se projetos de sistema de refrigeração, de iluminação e a disposição de equipamentos no local com custo maior do que as duas primeiras opções.

A fim de exemplificar o Deep IT, temos a implementação dos projetos nas seguintes empresas:

- Google: Planejamento de seu datacenter e locomoção dos funcionários com veículos híbridos, além do consumo de energia alternativa como a solar;
- Yahoo: Plano ambiental agressivo com a construção de datacenters com produção de acordo com as normas e exigências ambientais, o uso da virtualização de servidores, a gestão do consumo elétrico gerado pelo resfriamento de seus equipamentos e a extensão de medidas para o cotidiano dos funcionários.

• TI Verde e sua aplicação nas Empresas

Muito interessante seria que as empresas aplicassem o TI Verde em seus três níveis, mas nem sempre conseguem esse feito. Se o fizessem poderiam agrupar ações em função dos seguintes resultados:

- redução do consumo de energia e das emissões de carbono com a atualização do sistema operacional, do hardware e da virtualização de servidores, ou seja, a utilização de software que “emula” uma máquina virtual como servidor físico ao criar ambiente isolado e independente da máquina “real”.
- infraestrutura e conservação energética a fim de reduzir o consumo de energia e otimizar a tecnologia com a implementação de um datacenter sustentável.

Além dessas práticas, é importante ressaltar o descarte consciente de equipamentos sem condições de uso ou que podem ser substituídos por outros mais adequados às novas tecnologias - temática que pode auxiliar as empresas em seu processo de se tornar sustentável. Mas, o que vem a ser esse descarte? Há que se considerar a terminologia E-lixo, a saber:

• E-Lixo (Lixo Eletrônico)

Termo que denomina qualquer equipamento que já perdeu sua vida útil e foi descartado. Pode-se ter como exemplos: desktops, tablets, celulares etc. Também pode ser considerado como lixo eletrônico aquele equipamento que já não atende as necessidades de seu dono e será deixado de lado para a aquisição de um novo.

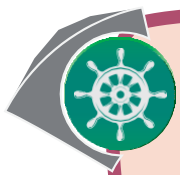
Para o descarte correto, existe uma série de práticas em institutos e organizações que as promovem com o objetivo de não causar danos ao meio ambiente. Algumas entidades doam seus equipamentos para reutilização enquanto outras comercializam suas sucatas com empresas recicladoras.

Conclui-se que cabe a cada empresa verificar suas necessidades e como adequar a implementação do TI

Verde, a fim de atender as novas tendências do mercado que passa a ser cada vez mais exigente em relação aos cuidados com o meio ambiente. Empresas ecologicamente corretas estão em voga e o setor de tecnologia é um dos mais limpos quando o assunto é a preocupação ecológica. Entre as empresas mais atuantes nesse sentido estão a Dell e a HP segundo informações da Newsweek que, todos os anos, classifica as 500 maiores empresas de capital aberto em relação à preocupação ecológica. Torna-se evidente que o posicionamento ecológico e as ações em prol do TI Verde são seguramente uma excelente estratégia, inclusive, de marketing e podem ser um grande diferencial em relação às exigências da demanda e à acirrada competição em um mundo globalizado.

Adaptado de TI Verde: conceitos e práticas. TAKAHASHI, Arthur Garcia; ALMEIDA, Daniela; SILVA, Davi; FERREIRA, Douglas Henrique; KOMATSU, Eiji; RIBEIRO, Mateus de Lara; SILVA, Paulo Henrique. Disponível em <http://www.hardware.com.br/artigos/ti-verde/>.

Acessado em 10/12/2017.



VOCÊ NO COMANDO

Pesquise sobre o tema Sustentabilidade.

Você consegue perceber como a sustentabilidade e o posicionamento de responsabilidade social podem ser importantes para as empresas do setor de TI?



ATIVIDADE ONLINE

Hoje, mais do que responsabilidade social, devemos nos preocupar com a responsabilidade ambiental. Ambos os temas estão sendo constantemente objeto de preocupação das empresas que tentam se adaptar para atendê-los.

Atualmente, existe um mercado que movimenta milhões em dinheiro anualmente, o denominado Marketing Verde.

Pesquise sobre o tema, focando em empresas do setor de TI e o desenvolvimento de produtos verdes, comida verde, carros verdes etc. Após a pesquisa, elabore uma apresentação em ppt com o material pesquisado e conclua respondendo:

- As empresas ligadas à área de TI preocupam-se com o Meio Ambiente ou só viram uma oportunidade de explorar um mercado não atendido até então? Justifique sua resposta.

A TI Verde – Tecnologia da Informação Verde surgiu em 2005. É um termo mais recente que o conceito de sustentabilidade, pois cada vez mais, percebe-se a importância da sustentabilidade nas empresas também de TI.

- Você conhece alguma empresa que já desenvolve o TI verde? Cite alguns exemplos.

Glossário

Código de Defesa do Consumidor

Conjunto de Normas que visa a proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Responsabilidade Social

Forma voluntária das empresas em adotar posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar de seu público interno e externo.

Sustentabilidade

Característica ou condição que é sustentável.

TI Verde

Expressão utilizada pelo setor de tecnologia para incorporar a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Referências

- ADELIN, Daniele. 5 competências que todo profissional de TI deve ter. Disponível em <https://exame.abril.com.br/carreira/5-competencias-essenciais-em-um-profissional-de-ti/>. Acessado em 13/10/2017.
- ALVES, Júlia Falivene. Metrôpoles: cidadania e qualidade de vida. São Paulo, Ed. Moderna, 1992.
- ASHLEY, P.A.; COUTINHO, R.B.G.; TOMEI, P.A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: Anais Eletrônicos do XXIV Encontro Anual da ANPAD, 2000.
- BAETA, Zínia. Gastos de Empresas com processos chega a R\$110 bi. Disponível em: <http://mariacelesteadv.com.br/gasto-de-empresas-com-processos-chega-r-110-bi/>. Acessado em 25/07/2017.
- BASILIO, Ana Luisa. O que é um ciberataque. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/carta-explica/o-que-e-um-ciberataque/>. Acessado em 20/07/2017.
- BARRETO, Luiz Paulo. A pirataria é uma atividade do crime organizado, 2011. Disponível em <http://sindireceita.org.br/blog/A-pirataria-e-uma-atividade-do-crime-organizado/>. Acessado em 11/12/2017.
- BASSEGIO, Luiz; FREIRE, Roberval. Por uma nova lei de Imigração para o Brasil, in BERNARDO, Teresinha; CLEMENTE, Claudemir Correa (Orgs.). Diásporas, redes e guetos, 2008, p. 103-104
- BOECHAT, Ricardo; HERDY, Ronaldo. Atacado e varejo: Livre Pensar. In: Isto é. São Paulo, Ano 31, nº 2015, p.27, 18 de junho de 2008.
- CALAZANS, Deborah. Imigração para profissionais de TI. Disponível em <https://www.immi-canada.com/imi-grao-para-profissionais-de-ti/>. Acessado em 25/010/2017.
- DE MASI, DOMENICO. O Ócio Criativo. Rio de Janeiro. Sextante, 2000.
- DICIONÁRIO AURÉLIO DE PORTUGUÊS ONLINE. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acessado em 12/12/2017.
- FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. Zigmunt Bauman: o medo dos refugiados. Disponível em <https://www.fron-teiras.com/artigos/zygmunt-bauman-o-medo-dos-refugiados>. Acessado em 13/12/2017.
- GO HOME. 7 coisas que todo mundo precisa saber sobre home office. Disponível em <http://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2014/08/7-coisas-que-todo-mundo-precisa-saber-sobre-home-office.html>. Acessado em 25/04/2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL 2016. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras->

estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=destaques. Acessado em 03 mai 2019.

LIESENBERG, Cíntia. Terceiro setor: conceito e práticas. In: Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em <http://www.conciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=194> Acessado em: 3 abr. 2011.

MAIA, Marco Aurélio. O que é segurança da informação. Disponível em <http://segurancadainformacao.modulo.com.br/seguranca-da-informacao>. Acessado em 11/02/2017.

ORLANDI, E. P. (1996). Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes.

PLÁGIO ACADÊMICO. O que é plágio. Disponível em <http://www.plagio.tccmonografiaseartigos.com.br/o-que-e-plagio>. Acessado em 17/01/2017.

PINTO, Pedro. Alguns Tipos de Licença de Softwares. Disponível em <https://pplware.sapo.pt/informacao/alguns-tipos-de-licencas-de-software/>. Acessado em 15/02/2017.

SANTOMAURO, Beatriz. Cyberbullying: a violência virtual. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1530/cyberbullying-a-violencia-virtual>. Acessado em 22/04/2017.

SANTOS, Wigvan Junior Pereira dos. “Utopia”; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/filosofia/utopia.htm>>. Acessado em 15/12/2017.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/clt/>. Acessado em 24/08/2017.

SYMANTEC. Existem 5 tipos de pirataria de software. Disponível em: <https://www.symantec.com/pt/br/about/legal/anti-piracy/types-piracy>. Acessado em 23/03/2017.

TAKAHASHI, Arthur Garcia; ALMEIDA, Daniela; SILVA, Davi; FERREIRA, Douglas Henrique; KOMATSU, Eiji;

RIBEIRO, Mateus de Lara; SILVA, Paulo Henrique. TI Verde: conceitos e práticas. Disponível em <http://www.hardware.com.br/artigos/ti-verde/>. Acessado em 10/12/2017.

VEIGA, José Eli da. Meio Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo: Senac.

VELOSO, Thássius Veloso. Fraude, roubo e vazamento de informações na Internet: perigos e conselhos. Disponível em: <https://tecnoblog.net/44810/fraude-roubo-e-vazamento-de-informacoes-na-Internet-perigos-e-conselhos/>. Acessado em 10/08/2017.

IMAGENS: freepik